



1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS/PR**
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos – SEC** Rua Jacy Loureiro de Campos,
3 s/n – 6º Andar Bloco 'D' -
4 **Palácio das Araucárias**
5 **CEP 80530-915**
6 **Curitiba - Paraná**



7 **Assembleia Ordinária do**
8 **Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR**
9 **14/08/2015**

10 Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de 2015, às 8h 30 min. em primeira convocação, na sala de
11 reuniões do 7º andar da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social- SEDS, Palácio das
12 Araucárias, sito à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº Bairro Centro Cívico, em Curitiba-Paraná, foi dado
13 início à Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social, referente ao mês de agosto.
14 Como é de praxe, o Conselheiro Presidente Leandro Nunes Meller (SEDS) procedeu a primeira chamada
15 às 8h 30min, registrando a presença dos Conselheiros que se faziam presentes, nesse primeiro horário
16 -Presenças – Conselheiros Rubens Marcon (Recanto Espírita Somos Todos Irmãos)(Regional de Maringá),
17 Leandro Nunes Meller (UTGDC-SEDS), Artur dos Santos Andrade (Núcleo de Ação Solidária à AIDS-
18 NASA), Inês Roseli Tonello (Assoc. De Pais e Amigos dos Excepcionais -APAE), José Araújo da Silva
19 (Pastoral da Pessoa Idosa), Teresinha Maria WOLFF (Sindicato dos Assistentes Sociais Do Paraná
20 -Regional de Paranaíba), Paulo Silvério Pereira (APAE de Ibiporã – Regional de Londrina), Andréia Gomes
21 dos Santos (CRESS- Regional de Paraguá), Rosilene Lavezzo Mello (CREES -Regional de Pitanga), Evandra
22 Correa de Oliveira (CREES -Regional de Campo Mourão), Marta Maria dos Santos (Usuária -Regional de
23 Cascavel), Zilma Moraes de Oliveira (Usuária -Regional de Maringá), Vanderlei Augusto da Silva (Assoc.
24 De Amigos da Pastoral da Criança -ACAPAC -Regional de Cascavel), Mileny de Lima (CREES -Regional de
25 Jacarézinho), Luciana Franco Silvestre (SEDS -Escritório Regional de Ponta Grossa) -Total: - 15
26 Conselheiros. Considerando os ditames regimentais, o Presidente Leandro Meller comunicou que a
27 segunda convocação dar-se-ia às 9h00, no aguardo dos demais Conselheiros, obtendo assim o quórum
28 desejado. No horário determinado, foram nomeados somente os componentes desse Colegiado que
29 chegaram após a primeira chamada. São eles : -Carlos da Silva (Usuário -Regional de Londrina), Alzenir
30 de Fátima B. S. Santos (SEDS -Programa Família Paranaense), Dra. Daniela Ruiz Simões (PGE), Lorena
31 Mylla Gonçalves (COHAPAR), Marli Vaz Mussulini (SEDS), Dra. Daniele M. Vieira (Núcleo Jurídico da
32 SEDS), Marcela D. Evangelista (Grupo Financeiro SEDS), técnico financeiro Rômulo (SEDS), Dulce Maria
33 Darolt (SEJU), Cíntia Beal Rusch (SEPL), Elenice Malzoni (Coordenação de Proteção Especial - SEDS),
34 Viviane Aparecida Ribeiro Santos (SETI), totalizando 24 Conselheiros. **Item 2 -Indicação da**
35 **Presidência e Vice para o Biênio 2015-2016/ CEAS-PR.** Esse momento foi especial, quando o
36 Presidente Leandro evidenciou a brilhante caminhada dos integrantes do CEAS, com a sua Mesa Diretora.
37 Fechou-se um mandato com diversas discussões devidamente aprofundadas e a nova Presidência
38 receberá um Conselho detentor de unidade, qualificando assim a condução da Política. Por sua vez, a
39 Vice- Presidente Inês Roseli Tonello (APAE de Francisco Beltrão) agradeceu o apoio recebido, a grandeza
40 do entendimento que possibilitará a continuidade de uma política forte e coesa. Registrada a chegada da
41 Superintendente da Assistência Social/SEDS, Maria de Lourdes San Roman. Na sequência, o Conselheiro
42 Leandro Nunes Meller, convidou os Conselheiros, para que, divididos em dois grupos (Sociedade Civil e
43 segmento Governamental), procedessem reuniões nas salas anexas com 10 minutos de duração, para os
44 alinhamentos finais de indicação da Mesa Diretora. Registrada a chegada da -Coordenadora e
45 Conselheira -Tatiana Possa (SEDS). Vencido o prazo estipulado, os Conselheiros, retornaram ao plenário
46 para comunicar oficialmente suas decisões. A Conselheira Inês Roseli Tonello revelou que o nome
47 escolhido pela Sociedade Civil para ocupar a Presidência do CEAS/PR foi o do Conselheiro Rubens Marcon,
48 representante da Entidade "Recanto Espírita Somos todos irmãos", da Regional de Maringá. Já na
49 sequência, a Superintendente da Política de Assistência Social, Maria de Lourdes San Roman usou da
50 palavra, relatando que através de uma conversa interna, avaliou-se o processo histórico dessa Política.
51 Num processo importante, em breve estará sendo vivenciado o clima das Conferências. Através de
52 consenso, o segmento governamental optou pelo nome do Conselheiro Leandro Meller, da SEDS, para
53 contribuir na Vice-Presidência desse Colegiado. Dessa forma, contar-se-á com duas importantes
54 lideranças na Mesa Diretiva, oportunizando conquistas efetivas nesse momento de avanço. Numa
55 decorrência direta, a palavra foi dada ao Conselheiro que doravante conduzirá os destinos do CEAS/PR
56 compondo o Biênio 2015-2016.: Rubens Marcon, representante da entidade Recanto Espírita -Somos
57 todos irmãos, da Regional de Maringá. De início, o Conselheiro mencionou a sua trajetória anterior, ligada
58 de forma indelével ao voluntariado. Exercendo a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social
59 em Maringá, efetivou a sua participação em diversas capacitações e eventos que acabaram por aproximá-
60 lo ainda mais dessa Política. Assim, ao ser eleito Conselheiro do CEAS/PR sentiu-se privilegiado por poder
61 compartilhar trabalho, para multiplicar realizações. Com o intuito de superar os desafios coletivamente,
62 aceitou esse desafio confiando que terá a companhia e o auxílio de todos os Conselheiros. Comprometeu-

64 se a primar sempre pelo entendimento, evitando tendências políticas e buscando as efetivas
65 transformações sociais. No desfecho da sua fala, o Presidente eleito Rubens Marcon fez um convite
66 público dirigido à Conselheira Inês Roseli Tonello (APAE de Francisco Beltrão), para que continue a
67 coordenar as reuniões da Sociedade Civil, antecedendo as Assembléias Ordinárias. Finalizando, o
68 Conselheiro Rubens Marcon efetuou a leitura da Oração de São Francisco de Assis, na verdade um
69 resumo de conceitos norteadores daqueles que buscam a cultura da Paz. Posto isso, pediu a palavra o
70 Conselheiro José Araújo da Silva (Pastoral da Pessoa Idosa) pontuando que é reproduzido no Conselho
71 aquilo que se vive! O Colegiado é um lugar próprio de tencionamento, sempre em alto nível. Garantiu
72 senti-se feliz pela anuência do Conselheiro Rubens, pois tem a certeza de que o CEAS/PR irá vivenciar
73 uma gestão tranquila e profícua. Com conceituações simples e clarificantes o Presidente eleito Rubens
74 externou que nessa caminhada muitos o apreciarão como Presidente, outros o acharão incipiente, sendo
75 importante desejar viver a vida nos moldes dos trabalhadores do bem. Garantiu estar trazendo para o
76 Conselho sentimentos de afeto e respeito, a serem distribuídos a todos os Conselheiros. O momento
77 seguinte foi tomado pela apresentação da nova Conselheira, representante da Procuradoria Geral do
78 Estado, Dra. Daniela Ruiz Simões, que colocou a sua experiência e disposição para trabalhar pela Política
79 de Assistência Social. Saudada pelo Vice-Presidente Leandro Meller, este apontou que o Colegiado preza
80 muito pela legalidade dos seus encaminhamentos, motivo pelo qual a presença da Dra. Daniela traz
81 consigo segurança e clareza. ·Registrada a presença da representação do Ministério Público, Srta. Kate,
82 afirmou ainda que a Superintendência da Assistência Social exerce um importante papel na SEDS,
83 assegurando o alinhamento da Política. Também a representação dos Escritórios Regionais no CEAS,
84 exercida pelas Conselheiras Luciana e Franciele, garantem um diálogo aberto fundamental. A
85 potencialidade que cada um traz é que retrata a qualidade desse Conselho. ·Apreciação da pauta- com as
86 possíveis inclusões, a saber – 1)Conselheiro Artur- Comissão de Políticas Sociais -ausência na pauta 2)
87 -Conselheiro Paulo -Tema da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência 3) -Conselheira Inês Roseli (-
88 participação em Conferências) 4) -Conselheira Marli -Registro de audiência com a Superintendente da
89 SEED acerca do retorno da Conselheira Delvana. ·Apreciação da ata referente à Assembleia Ordinária de
90 Julho/2015. ·Informes da Secretaria Executiva - Helena Navarro Gimenez. ·Recebido o Ofício nº15/2015,
91 procedente ao CMAS de Medianeira, em resposta a documentação solicitada pelo CEAS. ·Recebido o
92 Ofício nº 02/2015, procedente ao CMAS de Pato Bragado, em resposta a documentação solicitada pelo
93 CEAS. ·Recebido o Ofício nº025/2015, procedente ao CMAS de Guarapuava, em resposta a
94 documentação solicitada pelo CEAS. ·Recebido o Ofício nº060/2015, procedente ao TCE/PR, em resposta
95 a regularização dos fundos. ·Recebido o Ofício nº854/2015, procedente ao Ministério Público da
96 1ªPromotoria de Justiça da Comarca de Campo Mourão em resposta a informações sobre a regularização
97 do CMAS de Janiópolis. ·Recebido o Ofício nº023/2015, procedente ao CMAS de Piraquara, em resposta
98 que solicitada informações sobre a construção do CREAS em seu município. ·Recebido o Ofício
99 nº015/2015, procedente ao CMAS de Carambeí, em resposta do Ofício nº092/2015 CEAS/PR. ·Recebido
100 o Ofício nº03/2015, procedente ao SNAS/MDS, em resposta que informam o encaminhamento das
101 legislações em mídia digital para a Conferência Estadual. ·Recebido o Ofício nº099/2015, procedente à
102 OAB Campo Mourão, em resposta da substituição de conselheiro no CEAS/PR. ·Recebido o Ofício
103 nº005/2015, procedente ao CMAS de Entre Rios de Oeste, em resposta do encaminhamento de
104 documentações do CMAS. ·Recebido o Ofício nº16/2015, procedente ao CMAS de Curitiba, em resposta
105 ao Ofício n/128/2015 CEAS/PR referente a indicação de representante para visita na Associação de
106 Moradores Oswaldo Cruz II. ·Recebido o Ofício nº15/2015, procedente ao CMAS de Curitiba, em resposta
107 ao questionamento sobre a execução das Recomendações e Deliberações destinadas ao Estado aprovadas
108 na Conferência Municipal de Curitiba. ·Recebido o Ofício nº02/2015, procedente do CMAS de Ramilândia,
109 em resposta ao Ofício nº070/2015/CEAS. ·Recebido o Ofício nº14/2015, procedente ao CMAS de Terra
110 Roxa, em resposta ao Ofício nº 083/2015/CEAS; ·Recebido o Ofício nº 01/2015, procedente ao CMAS de
111 São José das Palmeiras, em resposta da documentação solicitada pelo CEAS. ·No dia 06/08 a Conselheira
112 Mary Stela e Iva Sandra da CEAB justificaram ausência na reunião do CEAS dos dias 13 e 14/08 por
113 conta dos preparativos da Conferência Estadual de SAN nos dias 14 e 15. ·Relatórios das Comissões
114 ·Comissão de Organização da XI Conferência Estadual **minuta de programação da XI Conferência**
115 **Estadual:** A minuta foi apresentada e complementada com os nomes dos conselheiros que compoem os
116 Grupos de Trabalho, como facilitadores. **Parecer da Comissão:** Aprovado. **Parecer do CEAS:**
117 **Aprovado. Ofício nº030/2015 MDS: materiais para a Conferência Estadual:** A Secretária
118 Executiva informou sobre o envio dos materiais, em mídia digital, para que sejam entregues na
119 Conferência Estadual. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **Avaliação das Metas**
120 **de Controle Social do Plano Decenal 2005-2015:** A Secretária Executiva informou que o quadro, com
121 as contribuições da Secretaria Executiva, foi encaminhado aos conselheiros por e-mail, e não foi recebido
122 retorno ou contribuições. O conselheiro Artur solicitou a complementação em relação ao funcionamento
123 do Fórum Regional de Assistência Social Foz do Iguaçu. **Parecer da Comissão:** Aprovado. **Parecer do**
124 **CEAS: Aprovado. Ofício nº015/2015 do CMAS de Curitiba:** O CMAS de Curitiba solicita informações
125 sobre a execução das deliberações, competentes ao Estado, deliberadas na última Conferência Municipal
126 de Curitiba. **Parecer da Comissão:** Deverá ser tramitado o ofício internamente pela SEDS, com as

127 deliberações da Conferência Estadual, para que as coordenações (PSE e GFS) possam fazer um relato
128 sobre a execução dessas deliberações. Deverá ser informado ao município o processo de sistematização
129 das Conferências Municipais e Regionais para a Conferência Estadual, sendo que as deliberações da Conf.
130 Estadual devem ser implementadas e acompanhadas pelo CEAS. Deverá ser acrescentado, inclusive, que
131 as deliberações da última Conferência Estadual estão sendo analisadas pelo CEAS/PR. **Parecer do CEAS:**
132 **Ciente da solicitação. Informar ao CMAS de Curitiba que as Deliberações aprovadas em**
133 **qualquer uma das 399 Conferências Municipais que tinham competência de âmbito estadual**
134 **foram sistematizadas e encaminhadas para deliberação dos delegados da 10ª Conferência**
135 **Estadual de 2013, e as propostas que foram aprovadas passaram a fazer parte do relatório da**
136 **Conferência estadual o qual terá sua prestação de contas na 11ª Conferência Estadual.**
137 **Orientações aos Escritórios Regionais sobre as Assembleias Regionais: Parecer da Comissão:**
138 Deverá ser elaborada uma orientação ou uma minuta de Regimento Interno das eleições dos delegados
139 para a Conferência Nacional nas Assembleias Regionais. A minuta será encaminhada, primeiramente, ao
140 e-mail dos conselheiros estaduais para possíveis contribuições, e posteriormente, será divulgado aos
141 Escritórios Regionais. Deverá ser reforçado aos Escritórios Regionais a representação de conselheiros
142 governamentais do CEAS/PR dos Escritórios, que podem ser referência às outras regionais, em caso de
143 dúvidas sobre esse processo. Parecer do CEAS: Considerando o tema fica definido que: As assembleias
144 regionais devem acontecer até 11 de setembro e deverá ser encaminhado aos ERS uma Nota Técnica
145 explicativa do processo de assembleia regional juntamente com a Minuta do Regimento Interno aprovada
146 pelos conselheiros. A minuta do Regimento Interno será enviados aos conselheiros no dia 17 de agosto e
147 com prazo de retorno até o dia 20 para que seja enviado aos Ers. Comissão de Revisão da Lei do
148 CEAS/SUAS Helena M. Gimenez. 1) Minuta de revisão da Lei do CEAS/SUAS: Maria de Lourdes San
149 Roman, Superintendente da Política de Assistência Social, relatou que a minuta da Lei está sendo
150 tramitada na SEDS. Tão logo tenha-se a versão final, ela será encaminhada por e-mail aos conselheiros.
151 **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. Comissão de Financiamento e Gerenciamento
152 do Fundo – Relatora -Conselheira Andréia. Balancete FEAS: A técnica Marcela Evangelista apresentará
153 os relatórios direto na plenária. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente
154 **referente ao balancete do mês de julho. LOA 2016:** A técnica Marcela Evangelista apresentará os
155 relatórios direto na plenária. **Parecer da Comissão:** Aprovado. Proposta da LOA/2016- reivindicando
156 mais recursos, com ampliação a ser trazida em setembro. Foi esclarecido também que a Secretaria de
157 Planejamento está promovendo audiências públicas para discutir a LOA/2016. Comprometimento, o
158 Conselheiro Vanderlei (Regional de Cascavel) deixou evidente que a discussão do Plano Plurianual/2016 é
159 uma afirmação seríssima e nas audiências públicas deve estar garantida a presença da Mesa Diretora do
160 CEAS/PR. Sabe-se que os empresários reclamam da presença dos índios, de crianças e moradores de
161 rua, porém é necessário propor ações. A SEDS possui uma excelente equipe técnica que necessita
162 discutir o orçamento para o próximo ano, com metas que precisam estar contempladas. Segundo o
163 Conselheiro José Araújo da Silva, as doações do Imposto de Renda para os Fundos da Criança e do Idoso
164 sensibilizam as pessoas; já na Assistência Social se não existir uma Lei que fundamente essa ação, nada
165 irá acontecer. Demonstrou ao plenário, que nos anos passados os orçamentos eram mais robustos,
166 porém a redução desse tem sido flagrantes. Assim, existem demandas reprimidas por falta de
167 orçamentos! Parte-se para a apreciação da LOA/2016, sem ter analisado o PPA até 2019. onde vai-se
168 parar com essas reduções constantes? É fundamental que se elabore um gráfico que retrate essa
169 diminuição de valores através dos anos. Um documento deverá ser encaminhada à Sra. Secretária
170 Fernanda Richa e ao Governo do Estado, para providências. O Conselheiro Rubens Marcon, Presidente
171 eleito externou que a Professora Dirce responsável pela palestra magna em Maringá, chamou a atenção
172 que a Assistência Social, tem sofrido um retrocesso não só econômico, mas também em outros aspectos.
173 (discussões efêmeras política partidárias). Restabelecer os diálogos, mostrando o descontentamento.
174 Consciente do seu papel, a Conselheira Inês Roseli Tonello (APAE de Francisco Beltrão) assegurou
175 concordar com algumas colocações porém é preciso que se conheçam as razões. Destacou: - mesmo que
176 os recursos não são os desejáveis, os objetivos e as ações estão muito bem colocados na grandeza dessa
177 construção. É importante reconhecer pois, ao se participar dos encontros nacionais é que se vê o quanto
178 já se venceu! Completou o Conselheiro Leandro Meller (SEDS) dizendo que no papel de Conselheiros, é
179 preciso observar que existem aspectos internos e externos. O orçamento da Assistência faz parte de um
180 todo, incluindo Saúde, Educação, etc, com conceitos operacionais. Trabalhando com proximidades, não
181 se pode tratar como um corte, já que primeiro precisa ser aprovado, para depois ser reduzido. É só
182 constatar a evolução do FEAS, anteriormente considerado o primo pobre do FIA. Em 2011, o FEAS
183 registrava 8 milhões de reais para toda a política, já em 2012 eram 15 milhões, assim não é adequado
184 citar que os valores estão sendo reduzidos ano a ano; outros sim, todos podem ter a certeza que esse
185 assunto também preocupa o segmento governamental, principalmente a Sra. Secretária. Amadurecer os
186 encaminhamentos, dentro daquilo que apresenta resultados é o correto! Avançar em efetividade. Propôs
187 que o CEAS/PR agisse de acordo com o CEDI: A Mesa Diretora poderá solicitar um horário com a Sra.
188 Fernanda Richa, verificando a possibilidade de se ter uma busca por um orçamento vinculado. Pleitear
189 esse apêlo, bem como do Governador do Estado. Marcela Evangelista foi enfática ao dizer que

190 necessitava da aprovação do documento para atender os prazos e em paralelo elaborar a reivindicação
191 dos possíveis aumentos. O Conselheiro Leandro Meller (SEDS) ofereceu a sugestão, para que se
192 consistisse uma Comissão, visando alinhar os encaminhamentos referentes ao controle social em
193 conjunto com a gestão, na busca do aprimoramento do orçamento 2016. **Parecer do CEAS: Aprovado.**
194 **Plano de Ação PPAS I 2013/2014 – Município de Doutor Ulysses:** A técnica Marcela Evangelista
195 posicionou a Comissão sobre a adesão do município de Dr. Ulysses, ao PPAS, somente em 18/11/2014,
196 conforme Resolução nº 09 do CMAS. **Parecer da Comissão:** A Comissão sugere os seguintes
197 encaminhamentos: Tendo em vista a aprovação do CMAS ter ocorrido somente em Novembro/2014, o
198 município terá direito a receber as parcelas do PPAS a partir do mês de Julho/2014. Encaminhar o
199 processo ao Ministério Público e à CIB para ciência e encaminhamentos devidos. **Parecer do CEAS:**
200 **Aprovado. Plano de Ação PPAS I 2015 – Municípios de Doutor Ulysses e Guaraqueçaba:** O
201 técnico Rhômulo Furmann apresentou a Informação nº 58/2015, posicionando a Comissão sobre o não
202 preenchimento do Plano de Ação 2015 pelos municípios de Guaraqueçaba e Dr. Ulysses, até a presente
203 data. **Parecer da Comissão:** A Comissão sugere os seguintes encaminhamentos: 1 – Suspensão do
204 repasse dos recursos. Os municípios deverão validar o Plano de Ação 2015 até 30/09/2015, com
205 retomada do repasse dos recursos a partir da parcela de Julho/2015. O repasse dos recursos não será
206 retroativo ao primeiro semestre/2015. Caso o aceite não seja realizado até 30/09/2015, os processos
207 serão encaminhados para o Ministério Público, devido ao prejuízo das famílias. **Parecer do CEAS:**
208 **Aprovado, devendo ser encaminhado ofício ao prefeito, CMAS e CIB. Prestação de Contas FEAS**
209 **Emergencial 2014 – Município de Pitanga:** O município de Pitanga, apresentou a prestação de contas
210 do Emergência 2014, referente ao repasse no valor de R\$ 119.200,00. Na análise da prestação de
211 contas, foi verificado que o município executou parte do recurso, R\$ 75.000,00, para reforma do Centro
212 Social Urbano João Gonçalves Padilha, com a finalidade de referenciá-lo no atendimento às famílias
213 prejudicadas em futuras situações de emergência e calamidade pública. **Parecer da Comissão:** Enviar
214 ofício ao município solicitando informações sobre a utilização do Centro Urbano, quando o mesmo não
215 estiver sendo utilizado no acolhimento das famílias. **Parecer do CEAS: Aprovado. Prestação de**
216 **Contas FEAS PPAS I – 2º semestre 2014 – Município de Itaguajé.** O município de Itaguajé,
217 apresentou a prestação de contas do PPAS referente ao período de Julho/2014 à Dezembro/2014, no
218 valor de R\$ 56.250,00. Na análise da prestação de contas, foram verificadas as seguintes situações: 1 –
219 Execução de recursos do PPAS no Fundo Municipal para Infância e Adolescência;
220 2 – Aquisição de balas, chicletes, pirulitos e picolés, locação de brinquedos infláveis, iluminação de natal
221 e reforma da Casa do Papai Noel, para os Eventos do Dia das Crianças e Chegada do Papai Noel. **Parecer**
222 **da Comissão:** A Comissão sugere os seguintes encaminhamentos: Item 1: Aprovação com ressalvas,
223 tendo em vista que o município já apresentou a correção da apropriação dos recursos para o Fundo
224 Municipal de Assistência Social, conforme Quadro de Detalhamento das Despesas às fls. 201 à 203. Item
225 2: Glosa de todas as despesas relacionadas aos eventos do Dia das Crianças e Chegada do Papai Noel
226 (balas, chicletes, pirulitos, picolés, locação de brinquedos infláveis, iluminação de Natal e reforma da
227 Casa do Papai Noel). Prestação de contas FEAS-PPAS1- 2º semestre 2014. ·Apresentação da técnica
228 Daniela, do Município de Itaguajé, presente no plenário. A visitante procedeu uma narrativa sobre o
229 histórico do seu Município (4,780 habitantes), localizado na divisa com São Paulo e Mato Grosso, com
230 70% das suas famílias originárias da zona rural. Justificou o desconhecimento do setor financeiro, ao
231 efetuar um pagamento de despesas de um evento com, recursos do Piso Paranaense. O Município vai
232 efetuar a transferência desse valor para a conta indicada. Num depoimento sobre o assunto, o
233 Conselheiro Vanderlei (Regional de Cascavel), apontou: ainda que se entenda que foram atendidas as
234 demandas, os Conselheiros são agentes públicos, e como os gestores, todos respondem por essas
235 questões financeiras aplicadas fora do objeto. É necessário que a Lei se cumpra e os Municípios devem
236 tomar mais atenção. Foi a vez da Conselheira Luciana (Escritório Regional de Ponta Grossa) definir, que
237 muitos Municípios tem essa práticas e para isso os Conselheiros Municipais devem permanecer atentos,
238 pensando no planejamento e continuidade dos serviços. Não podem ser ações isoladas e enquanto
239 Política da Assistência, objetivar superar a vulnerabilidade e risco das famílias. Reforçou a Conselheira
240 Inês Roseli (APAE de Francisco Beltrão), dizendo que nas Palavras dos Colegas Vanderlei e Luciana, ficou
241 clara a correta utilização desses recursos. A par disso, concordou que as crianças só tem uma
242 oportunidade de comemorar certas datas como o Natal, porém não se pode agir levados pela emoção.
243 Lamentou a situação apresentada, porém responde-se pela correta aplicação dos recursos públicos,
244 aprendendo-se com os erros. Compartilhou o Vice-Presidente Leandro Meller, explicitando que em
245 nenhum momento a atividade foi a fonte da despesa dentro da correta finalidade. O piso Paranaense tem
246 a lógica de financiar e dentro dos objetivos, a ação não ficou alinhada. O Município deverá colocar o valor
247 do recurso utilizado no Fundo Municipal. Visando clarificar, a Conselheira Luciana considerou que esse
248 debate é relevante , devendo levar essa informação para todas as regiões. Exemplificou que muitos
249 Municípios distribuem fraldas que é uma incumbência da Saúde. Isso tudo fragiliza, sendo fundamental
250 que cada Política assumo a seu papel, para que se tenha mais tempo e recursos para executar a Política
251 de Assistência Social. A técnica Daniela, do Município de Itaguajé, sugeriu que o CEAS/PR leve para suas
252 regionais todas essas orientações, uma vez que os pequenos Municípios adotam essa prática, afirmando

253 que a Assistência Social é que cuida e custeia esses eventos. Doravante a Secretaria de Cultura será
254 responsável pelos festejos de Natal. A visitante agradeceu as orientações recebidas dizendo ser um
255 importante aprendizado, fortalecendo o entendimento. **Parecer do CEAS: Aprovado. Prestação de**
256 **Contas Residências Inclusivas e Centro Dia:** A técnica Marcela Evangelista apresentou planilha com
257 as prestações de contas dos municípios que receberam recursos para Residências Inclusivas e Centro Dia.
258 **Parecer da Comissão:** Aprovada a planilha das prestações de contas. Enviar ofício aos municípios
259 ressaltando a importância da execução dos recursos, devido aos altos saldos disponíveis nas contas, sob
260 o risco de suspensão de repasses. **Parecer do CEAS: Aprovado.** Registrada a presença da Conselheira
261 Noemi Brittes, Representantes da Secretaria de Estado da Saúde. Intervalo para o almoço. Retomada
262 dos trabalhos às 13h 50min. Registrada a presença da representante da Secretaria de Estado da Justiça ,
263 Conselheira Dulce Darolt. A técnica Roseli (PPA/SEDS) sugeriu que os Conselheiros participassem de uma
264 mini audiência na Secretaria de Planejamento, oportunidade essa a ser verificada pela Conselheira Cíntia,
265 representantes dessa pasta. Destacou o Vice-Presidente Leandro ser positivo convidar a equipe da
266 Coordenadora Magali (SEDS), objetivando apresentar as demandas trazidas pela Secretaria de pela
267 Secretaria de Estado do Planejamento (indicadores-metas e iniciativas, ações de qualidade desenvolvidas
268 na área do Trabalho, Garantia de Direitos e Assistência Social. O PPA deverá ser abrangente, visando
269 caber nele todas as execuções pontuais. Segundo a Elenice Malzoni, (Proteção Especial), o Plano está
270 em processo de construção: deverá ser conhecido, estando aberto para receber contribuições. Em se
271 tratando de um momento especial, definiu-se pela participação de um grupo de Conselheiros nesse
272 evento Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial – Relatora: -Conselheira Lorena. **2.1.**
273 **Protocolado nº13.563.065-9: Solicitação de análise recursal da Associação de Moradores e**
274 **Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II – AMACOC II.** A comissão tomou conhecimento do relatório da
275 visita à Entidade AMACOC II, a qual entrou com Recurso junto a este Conselho, relativo à negativa de
276 inscrição da mesma no CMAS – Curitiba. **Parecer da Comissão:** Diante do estudo do protocolo, a
277 Comissão analisou o relatório da visita técnica junto à Entidade, na qual compareceram o representante
278 do ER e os Conselheiros do CEAS. Em análise à documentação acostada ao protocolado, verificou-se que
279 foram realizadas 2 visitas técnicas à entidade, porém, em nenhuma delas, compareceu o representante
280 do CMAS. Observou-se diante dos relatórios analisados que algumas adequações se fazem necessárias,
281 tais como: a) adequação da equipe técnica; b) adequação do estatuto; c) revisão sobre as contribuições
282 financeiras recebidas pela Entidade; d) reordenamento do serviço para atender as diretrizes da tipificação
283 nacional dos serviços socioassistenciais; e) definição da qualificação da entidade como de atendimento,
284 conforme art. 3º da LOAS; f) dentre outras. Conforme o art. 13 da Resolução nº 16 de 2010 – MDS-
285 CNAS, bem como o art. 20 da Resolução n.º 33 de 2011 – CMAS Curitiba, esta Comissão sugere que o
286 CMAS de Curitiba seja oficiado para que encaminhe uma cópia do plano de acompanhamento e de
287 fiscalização que realizou no presente caso, no prazo de 15 (quinze) dias. De outro modo, caso este CMAS
288 não tenha ainda elaborado o plano de acompanhamento e fiscalização junto à entidade, sugere-se que o
289 faça em prazo exíguo e que informe a esta Comissão sobre os encaminhamentos. **Parecer do CEAS:**
290 **Aprovado.** Comissão de Políticas Sociais – Relatora Conselheira Milene. **3.1 Pauta Permanente:**
291 **Panorama de Pagamento do Renda Família Paranaense.** Relato: A técnica Michele, da UTPFP,
292 apresentou o Panorama do Renda Família Paranaense para os benefícios concedidos no mês de AGOSTO
293 2015. Foram beneficiadas 86.168 famílias, totalizando o montante de R\$ 2.572.278,00 em recursos
294 transferidos diretamente às famílias. A técnica da UTPFP também informou que na quarta-feira, dia 12,
295 estiveram em reunião com a CAIXA, para traçar estratégias visando a efetividade de pagamento,
296 diminuindo a porcentagem de recursos não sacados, que hoje gira em torno de 12%, iniciando uma
297 parceria com a Copel, para identificar possíveis divergências entre o endereço do beneficiário constante
298 no CadÚnico e no cadastro da Copel. A lista de família que não sacam o benefício esta disponível no site
299 da SEDS e também consta demarcada na folha de pagamento. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer**
300 **do CEAS: Ciente. Pauta Permanente: Panorama de Pagamento do Incentivo Família**
301 **Paranaense.** Relato: A técnica Paula, da UTPFP, informa que, referente à primeira parcela do Incentivo
302 Família Paranaense, 95 municípios já receberam a parcela; 04 municípios estão com pendências nos
303 documentos enviados e 01 município ainda não fez adesão. Referente à segunda parcela do Incentivo,
304 dos 95 municípios que receberam a primeira parcela, 6 ainda não enviaram prestação de contas, 51
305 municípios estão com pendências nos documentos enviados, 06 estão em análise da prestação de contas
306 no setor financeiro e 32 foram pagos. Os municípios que ainda não receberam as respectivas parcelas,
307 devem se atentar ao cumprimento dos critérios da deliberação 042/13 CEAS para o recebimento de cada
308 parcela. **O INCENTIVO II DELIBERAÇÃO 28/15:** A técnica Paula, da UTPFP, informa que, referente ao
309 Incentivo II 47 municípios estão aptos a receber o recurso, 8 municípios estão com pendências nos
310 documentos enviados e 01 município enviará documentos para adesão (Moreira Salles), conforme
311 Deliberação 45/15. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente.** Pauta
312 Permanente: Programa Luz Fraternal. Relato: A técnica Michele, da UTPFP, apresentou o Panorama do
313 Programa Luz Fraternal para o mês de JUNHO de 2015, relatando que os dados repassados não trazem
314 informações do município de Rio Negro, pois a Celesc, companhia que atende este município, até o
315 momento não encaminhou os arquivos para verificação. Em junho 139.334 famílias foram beneficiadas

316 com a isenção do pagamento da fatura de energia elétrica, sendo o montante de recursos investidos
317 neste programa o total de R\$ 3.077.829,42. A técnica relatou que foi solicitado ao Núcleo de Gestão da
318 Informação da SEDS, a criação de uma folha de pagamento do Luz Fraterna para ser disponibilizada para
319 acesso público com consulta no site da SEDS e para acesso aos municípios através do sistema Família
320 Paranaense. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. Panorama da construção
321 dos CRAS e CREAS.** Relato: Não houve a finalização do panorama da construção de CRAS por parte da
322 CPSB, e a CPSE já possui as informações. **Parecer da Comissão:** Sugere que a apresentação do
323 panorama aconteça na próxima reunião. **Parecer do CEAS: Aprovado. Protocolado nº 13.345.534-5:
324 Alinhamento da Política da Criança e do Adolescente e da Política de Assistência Social.** Relato:
325 A comissão tomou conhecimento da análise realizada pela ATPGI – Assessoria Técnica de Planejamento e
326 Gestão da Informação, quanto a análise das ações convergentes da Política de Assistência Social e da
327 Política da Criança e Adolescente, que consta no Plano Estadual de Assistência Social, e no Pacto de
328 Aprimoramento do SUAS e no Plano Estadual Decenal da Criança e do Adolescente. **Parecer da
329 Comissão:** Ciente, sugere-se que o CEAS convide a ATPGI para apresentar o estudo em plenária
330 considerando também o reordenamento institucional da Secretaria, para que o Conselho possa priorizar
331 quais temáticas serão debatidas na Câmara de Políticas Básicas no CEDCA. **Parecer do CEAS: Ciente.
332 Protocolado nº 13.692.570-9: Solicitação de informações do município de Piraquara em
333 relação à construção do CREAS.** Relato: A CPSE informou que o município de Piraquara está
334 contemplado na Deliberação nº: 88/2013 do CEAS para receber a construção do CREAS, no entanto a
335 CPSE informar que neste momento a SEDS aguarda disponibilidade orçamentaria e financeira para
336 execução. **Parecer da Comissão:** Ciente para encaminhamento do CEAS para o município. **Parecer do
337 CEAS: Ciente. Protocolado nº 13.537.746-5: Informação do CMAS de Carambeí.** Relato: A
338 comissão tomou conhecimento do e-mail enviado ao CEAS, juntado ao presente protocolado, com o
339 relato e questionamento em relação aos serviços e utilização de recursos da Política de Assistência Social.
340 **Parecer da Comissão:** Que se encaminhe resposta do CEAS á solicitante informando que a questão foi
341 recebida e será dado o encaminhamento, e remeta o protocolado a SUPAS/SEDS para as providências
342 necessárias. **Parecer do CEAS: Aprovado. Proposta de deliberação para transferência de
343 recursos para municípios prioritários do Programa Família Paranaense, para investimentos em
344 veículos ou equipamentos.** Relato: Retirado da Pauta, em função que a UTPFP necessita finalizar o
345 estudo para apresentar a deliberação. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente.
346 **Protocolo nº 11.376.951-3 Construção de CRAS no município de Bom Jesus do Sul. Relato:** O
347 município de Bom Jesus do Sul foi contemplado no ano de 2012 com construção de CRAS financiado pelo
348 FEAS, no momento ele teve a execução da obra com sua finalização. O município solicita autorização para
349 utilização da sobra dos recursos já repassado para execução da obra no valor de R\$ 42.823,24 para
350 aquisição de mobiliários e equipamentos para o CRAS, destaca-se que o CMAS e o ER Francisco Beltrão
351 posicionaram favoráveis a utilização do saldo. **Parecer da Comissão:** Favorável. **Parecer do CEAS:
352 Aprovado, devendo o processo ser encaminhado ao GFS para verificar a necessidade de
353 alteração do Plano de Aplicação e formalização do termo aditivo do convênio. Inclusão 3.10 -
354 Incentivo Família Paranaense de Boa Vista da Aparecida. Relato:** O Escritório Regional de Cascavel
355 enviou informação técnica a respeito da reunião realizada no dia 29 de Julho no município de Boa Vista
356 da Aparecida, juntamente com o Comitê Local, Municipal, Regional do Programa Família Paranaense, e
357 conselheiro representante do CEAS, a respeito do Programa. Na reunião foi realizada uma apresentação
358 do Programa, realizado orientação quanto ao trabalho intersectorial, uso do sistema, esclarecido dúvidas da
359 equipe. Quanto a prestação de contas do Incentivo a equipe do município foi orientada a refazer o
360 procedimento, visto que a prestação enviada não estava compatível com o Plano de Ação apresentado
361 pelo município anteriormente, e que havia sido aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social. O
362 ER fez novas orientações quanto ao processo de prestação de contas e alteração do Plano de Ação, caso
363 seja necessário. Os conselheiros representante do CEAS Vanderlei Augusto e Marta Maria fizeram
364 orientações quanto ao exercício do controle social e acompanhamento dos recursos da política de
365 assistência social, incluindo os recebidos pelo Programa Família Paranaense. O ER avalia como positiva a
366 experiência, sendo uma oportunidade para melhorar o desenvolvimento do Programa no município.
367 **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **Inclusão de Pauta: 3.11 Prorrogação
368 Deliberação nº 47/2015 – Município de Reserva. Relato:** A técnica Paula, da UTPFP, informa que a
369 Deliberação 47/15, referente o acesso do recurso de R\$ 26.333,00 por meio do fundo a fundo pelo
370 município de Reserva, em razão de processos burocráticos, se faz necessária a alteração da data de envio
371 dos documentos previstos no art. 2º, §2º para a data de 20/10/15. **Parecer da Comissão:** Aprova a
372 solicitação da UTPFP. **Parecer do CEAS: Aprovado. Inclusão: 3.12 - Proposta de deliberação
373 Programa Família Paranaense – município de adesão espontânea. Relato:** Proposta de uma nova
374 deliberação apresentada pela UTPFP com os critérios para definir e hierarquizar os municípios que
375 desenvolvem a modalidade Adesão Espontânea ao Programa Família Paranaense, e que possuem
376 demanda de atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social com maior dificuldade de
377 acesso aos equipamentos socioassistenciais, a ser deliberado pelo CEAS. **Parecer da Comissão:** Aprova
378 a minuta apresentada. **Parecer do CEAS: Aprovado. Inclusão de Pauta: 3.13- Benefícios**

379 **eventuais – Relato:** A conselheira Rosilene relatou duas dificuldades da Região de Guarapuava referente
380 aos benefícios eventuais: questão de sua execução – órgão responsável, e a regulamentação dos
381 benefícios eventuais – lei. **Parecer da Comissão:** Encaminhar para a SUPAS/SEDS para aprofundamento
382 do debate e verificação da necessidade de revisão da Nota Técnica com o envio posterior aos CMAS,
383 Órgão Gestor, CRAS, CREAS, contando com o apoio da CIB/PR e do COGEMAS para essa divulgação.
384 **Parecer do CEAS: Aprovado. Inclusão de Pauta: Equipe de referência da Política de Assistência**
385 **Social:** Relato: A conselheira Rosilene relata a dificuldade dos municípios no cumprimento da composição
386 e garantia das equipes de referência para execução dos serviços da Política de Assistência Social.
387 **Parecer da Comissão:** Ciente, que seja solicitado a SUPAS o encaminhamento desta demanda aos Ers
388 para verificação e assessoria aos municípios. **Parecer do CEAS: Aprovado. Comissão de Comunicação,**
389 **Articulação e Mobilização -Relator: -Conselheiro Artur. Relato da Coordenadora Tatiana Possa. 4.1 Pauta**
390 **Permanente: Educação Permanente do SUAS.** A conselheira Tatiana informou que os cinco contratos
391 do Programa CapacitaSUAS II cofinanciamento 2013: UEL – 038/14, UEM – 037/14, UEPG – 036/14,
392 UNICENTRO – 035/14 e UNIOESTE – 034/14, foram prorrogados, e iniciaremos o processo administrativo
393 para repasse de recurso para as universidades para que estas comecem os procedimentos licitatórios. A
394 Conselheira Tatiana informa também que as Coordenações da Política de Assistência Social juntamente
395 com a Superintendência realizaram uma semana de Supervisão Integrada, orientando os Escritórios
396 Regionais sobre assuntos relacionadas a esta Política. **Parecer da comissão: Ciente. Parecer do**
397 **CEAS: Ciente. 4.2 Pauta Permanente: Vigilância Socioassistencial:** A Conselheira Tatiana fará o
398 relato em plenária referente ao IX Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial, o qual aconteceu em
399 Brasília, no período de 29 a 31 de julho de 2015. Os conselheiros definiram que vão criar um grupo de
400 estudo dentro da comissão para discutir estratégias para implantação da vigilância dentro dos municípios.
401 **Parecer da comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. 4.3 Panorama Demonstrativo:** A
402 Conselheira Tatiana apresentou o Demonstrativo 2014, informando que estamos em pendência em 11
403 municípios no serviço sendo: 6 em preenchimento e 5 em deliberação pelo conselho. E 12 municípios
404 pendentes no IGD SUAS sendo: 5 em preenchimento e 7 em deliberação pelo conselho. Municípios
405 pendentes no serviço: Japura, Abatiá, Bocaiúva do Sul, Vere, Imbituva, Rio Azul, Carlópolis, Jacarezinho,
406 Guaraqueçaba, Alto Piquiri e Francisco Alves. Municípios pendentes no IGD SUAS: Campina da Lagoa,
407 Lindoeste, Abatia, Doutor Ulysses, Diamante do Oeste, Jacarezinho, Jundiá do Sul, Quatiguá,
408 Guaraqueçaba, Alto Piquiri, Francisco Alves. **Parecer da comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente.**
409 **4.4 Panorama Plano de Ação:** A Conselheira Tatiana apresentou o Plano de Ação 2015, comunicando
410 que apenas 2 municípios estão pendentes: Nossa Senhora das Graças da Regional de Maringá e
411 Guaraqueçaba da Regional de Paranaguá. **Parecer da comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente.**
412 **Inclusão de Pauta: 4.5 Participação dos Conselheiros Artur dos Santos Andrade e Marli**
413 **Mussulini no 8º Congresso – Congresso Sul-Brasileiro dos Conselheiros Tutelares e Municipais**
414 **dos Direitos da Criança e do Adolescente.** O evento aconteceu de 12 a 16 de julho de 2015, na
415 Cidade de Bento Gonçalves/RS. O tema central da discussão: 25 anos do Estatuto da Criança e do
416 Adolescente e sua efetivação. Criança e Adolescente sim, prioridade absoluta. A palestra Magna foi
417 proferida pelo Sr. José Fogaça (relator no Senado do ECA), onde ele fez um paralelo entre o código de
418 menor de 1929 e o ECA, citando que o Conselho Tutelar quando da sua criação foi no sentido de ter o
419 cuidado integral e permanente da criança e do adolescente. No 4º painel: A relação entre Conselhos
420 municipais dos direitos da criança e adolescente e Conselhos Tutelares, o palestrante Luciano Rosa fez
421 citações em questão da mudança do nome da Secretaria e sobre as capacitações dos conselheiros no
422 Estado. A Conselheira Marli relata que não concordou com a fala do palestrante visto que ele disse que
423 houve um retrocesso no Paraná no que se refere a mudança de nome da Secretaria, por esta razão
424 solicitou a palavra no referido congresso, afirmando que houve mudança no nome da secretaria, mas que
425 com isso houve uma integração das políticas públicas e que em nenhum momento houve perdas para a
426 Política de Assistência Social que o Paraná está sempre avançando e saindo na frente em muitos aspectos
427 dessa Política. Em seguida o conselheiro Artur foi em defesa das capacitações do Estado, onde um grupo
428 de participantes do Estado do Paraná vaiou os conselheiros na plenária. Foi anunciado que o local do 9º
429 Congresso será a cidade de Blumenau/SC. **Parecer da comissão: Ciente e solicitamos à plenária**
430 **encaminhamentos cabíveis.** Na sequência, pediu a palavra a Conselheira Marli Mussulini (Área do
431 Trabalho/SEDS), desejando expor ao plenário, situações desagradáveis ocorridas em evento no Rio
432 Grande do Sul, do qual participou representando o CEAS/PR. Mencionou o depoimento do ex-Presidente
433 do CEDCA/PR, Conselheiro Luciano Rosa, que se público considerou a mudança de Secretaria a causa
434 principal do retrocesso da Política da Criança no Paraná. Interpretou a Conselheira Marli que na plateia
435 encontravam-se representações de diversas unidades da Federação, e a maior delegação presente era de
436 paranaenses. No momento seguinte, ao defender as capacitações já realizadas neste Estado, o
437 Conselheiro Artur (NASA de Foz de Iguçu) foi desrespeitado através de uma sonora vaia procedente de
438 um certo grupo. Bastante indignada, a Conselheira Marli enfrentou essa manifestação, levando o Plano
439 Decenal considerando o 1º documento do Brasil, documento esse logo após solicitado pelo Ministro Pepe
440 Vargas, da Pasta Especial de Direitos Humanos. Quebrando o protocolo, em terras gauchas a Conselheira
441 Marli enalteceu a cultura e a hospitalidade do povo do Rio Grande do Sul. Ao microfone, declarou que as

442 Políticas no Paraná não sofreram perdas, apenas pela mudança do nome da Secretaria que as abriga,
443 pelo contrário continuam vivas e conduzidas por mãos hábeis no rumo certo. Falando com exclusividade,
444 o Conselheiro Vanderlei Augusto (Regional de Cascavel), afirmou que esse evento teve seus momentos
445 difíceis, mas também contou com boas discussões. Valorizou o mapa nacional apresentado pela
446 Secretaria de Direitos Humanos, no qual o Paraná é destacado com ótima colocação. Já o próximo evento
447 dessa série acontecerá em 2017, na cidade de Blumenau. Finalizou registrado o brilhantismo com o qual
448 os Conselheiros Marli e Artur se Apresentaram na ocasião. Diante do exposto, a Conselheira Inês Roseli
449 (APAE de Francisco Beltrão) compartilhou ter recebido uma ligação telefônica desses dois colegas, logo
450 após essa ocorrência em Bento Gonçalves. Conclamou a necessidade de parabenizar a postura de Marli
451 Mussulini, pela sua veemente e aguerrida defesa em favor do Estado do Paraná. Quanto ao Conselheiro
452 Artur, a vaia recebida foi indevida uma vez que como usuário, lá estava representado esse Colegiado.
453 Registrando a sua indignação, apontou que tanto o Paraná quanto os Conselheiros foram expostos
454 indevidamente, por indivíduos que por incrível que pareça, eram também paranaenses. Como
455 encaminhamento, o plenário solicitou que se registrasse em a insatisfação e o repúdio do CEAS/PR aos
456 acontecimentos no evento de Bento Gonçalves. Foi flagrante que foram ocasionados por questões
457 políticas partidárias, deixando de lado as prioridades de crianças e adolescente. As ofensas dirigidas à
458 representação formal do Conselho foi uma clara demonstração de inabilidade. Foi ainda sugerido pelo Vice-
459 Presidente Leandro Meller que a presente ata deverá ser encaminhada à organização desse evento.
460 **Parecer do CEAS: Ciente devendo ser registrado em Ata a insatisfação desse CEAS quanto as**
461 **questões ocorridas no Congressul. 4.6 Ofício do Conselho Estadual dos Direitos do Idosos**
462 **CEDI-PR nº078/2015.** A conselheira Tatiana informa que há normativas vigentes do CNAS para
463 composição do conselho, respeitando paridade e proporcionalidade, o qual vem sendo cumprido. Após
464 ampla discussão dos conselheiros da comissão ficou entendido que a Política de Assistência Social
465 perpassa as demais Políticas. **Parecer da comissão:** ciente do ofício e solicitamos que seja encaminhado
466 resposta ao CEDI com as normativas vigentes. Na sequência, o Presidente do Conselho Estadual dos
467 Direitos do Idoso, -CEDI/PR, José Araújo da Silva, presente nesta Assembleia, declarou que os Conselhos
468 foram maravilhosas instituições que chegaram para avançar na Política Pública. Um conselheiro usuário
469 sugeriu solicitar aos Conselhos Estaduais a alteração de legislação visando a integração da Pessoa Idosa
470 nos Conselhos, assim o CEDI deliberou pelo encaminhamento de ofícios visando inserir idosos nos
471 diversos colegiados. A ideia foi aplaudida, sendo remetidos ofícios dirigidos a todos os Conselhos
472 Estaduais, lembrando que cada Colegiado possui normativas próprias. **Parecer do CEAS: Aprovado. 4.7**
473 **Informe de três municípios que estão com pendência no fundo:** A Coordenadora da Gestão do
474 SUAS Tatiana, solicitou via Ofício que os Escritórios Regionais realizem visitas com orientações técnicas
475 aos municípios de Jataizinho, Rio Branco do Ivaí e Guaraqueçaba para que possam regularizar seus
476 fundos, retornando na sequência o resultado dos encaminhamentos para esse CEAS. **Parecer da**
477 **comissão:** ciente. **Parecer do CEAS: Ciente.** Referente a evento sobre Vigilância Socioassistencial
478 realizado em Brasília, nos dias 29-30 e 31/07, do qual participou técnicos da SEDS.(Elenice, Gladys,
479 Magali (SUAS), Márcia Mazzaroto (COGEMAS). Segundo foi repassado, diversos questionamentos
480 surgiram referentes a monitoramento e vigilância, entendimento do preenchimento dos instrumentos,
481 informações sobre censos. Já no 2º dia , ocorreram oficinas simultâneas, abordando diversos temas
482 relevantes. Muitas foram as ideias surgidas sobre a necessidade de se construir um monitoramento
483 efetivo, sanando as dificuldades dos Municípios em implantar uma Vigilância socioassistencial. O Paraná é
484 um dos Estados que possui equipes efetivas num percentual acima de 60%, percebendo-se que todo o
485 país tem uma grande dificuldade na conceituação. Os gestores preenchem os censos com dados
486 equivocados e o panorama apresentado pelo Estado do Paraná é dos melhores. Buscando informar os
487 Conselheiros, a Coordenadora Tatiana Possa (SEDS) citou que em nível de Brasil, 8% dos Conselhos
488 ainda são indicados pelo Órgão Gestor, 4.500 Conselhos preencheram o Censo e quase 4 mil não realizam
489 reuniões descentralizadas. A equipe trará um panorama paranaense, estudando-se a melhor forma para
490 que ocorra um monitoramento efetivo. De maneira oportuna, o Vice-Presidente Leandro Meller desejou
491 registrar a presença das representantes dos Escritórios Regionais de Foz do Iguaçu (Rosana) e
492 Laranjeiras (Ana), presentes devido a uma Capacitação do CAD Único. Foi evidenciado que o trabalho
493 alinhado dos Escritórios apoiam e fortalecem os Municípios, possibilitando que deliberem as suas políticas
494 com correção. O Conselheiro Leandro afiançou a importância dos Escritórios Regionais, ao Representar e
495 operacionalizar os encaminhamentos, atendendo a diversidade dos Municípios e buscando efetivar a
496 garantia de direitos. **Comissão de acompanhamento aos CMAS- Relator: Conselheiro Paulo. 5.1 Ofício**
497 **nº02/2015 do CMAS de Pato Bragado.** O CMAS encaminhou as documentações solicitadas pelo CEAS,
498 em análise, foi possível constatar que: a) A Lei de criação do Conselho foi alterada em 2007 com
499 alterações no ano de 2015. b) Na Lei, o Conselho é composto paritariamente e com proporcionalidade
500 entre os segmentos da sociedade civil. c) No Decreto de nomeação não constam as
501 Entidades/Instituições eleitas, apenas os nomes dos conselheiros. d) Encaminharam as Atas das reuniões
502 dos meses de abril, maio e junho de 2015. e) Informaram o nome da atual Secretária Executiva do
503 Conselho. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. 5.2 Ofício nº15/2015 do CMAS**
504 **de Medianeira.** O CMAS encaminhou as documentações solicitadas pelo CEAS/PR, em análise, foi

505 possível constatar que: a) A Lei foi alterada em 2011. Possui paridade e proporcionalidade entre os
506 segmentos da sociedade civil. b) Há indicação de Secretária Executiva, sendo essa funcionária do Órgão
507 Gestor Municipal. c) No Decreto de nomeação não constam as Entidades/Instituições eleitas, apenas os
508 nomes dos conselheiros. d) Encaminharam as Atas dos meses de Abril, Maio de Junho/2015. **Parecer da**
509 **Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. 5.3 Ofício nº05/2015 do CMAS de Entre Rios do**
510 **Oeste.** O CMAS encaminhou as documentações solicitadas pelo CEAS/PR, em análise, foi possível
511 constatar: a) A Lei é do ano de 2013. O Conselho é composto por 10 conselheiros, sendo 5 não. Gov. e 5
512 gov. b) Na Lei consta que o Secretário Executivo do CMAS será funcionário efetivo do município. **Parecer**
513 **da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. 5.4 Ofício nº02/2015 do CMAS de Ramilândia.** O
514 CMAS encaminhou as documentações solicitadas pelo CEAS/PR, em análise, foi possível constatar que: a)
515 A Lei de criação do Conselho é de 1995. Possui paridade e proporcionalidade. b) encaminharam Decreto
516 nomeando apenas os conselheiros governamentais do Conselho. c) Encaminharam cópia das Atas de
517 abril, maio e junho. d) Há Secretária Executiva do Conselho, porém sem designação do chefe do poder
518 executivo municipal. **Parecer da Comissão:** Encaminhar ofício ao município orientando quanto a
519 atualização da Lei de criação do Conselho. Solicitar o encaminhamento do Decreto de nomeação dos
520 conselheiros governamentais e da sociedade civil. **Parecer do CEAS: Aprovado. 5.5 Municípios que**
521 **não enviaram as documentações ao CEAS/PR (Foz do Iguaçu, Santa Helena, Quatro Pontes e**
522 **Boa Vista da Aparecida).** **Parecer da Comissão:** Reiterar ofício aos municípios e informar que se os
523 documentos não forem enviado ao CEAS no prazo de 15 dias o Ministério Público será acionado. Os
524 ofícios deverão ser encaminhados com cópia ao Escritório Regional. **Parecer do CEAS: Aprovado. -**
525 **Inclusão de Pauta: Ofício nº14/2015 do CMAS de Terra Roxa.** O CMAS de Terra Roxa encaminhou
526 o ofício nº14/2015, em análise as documentações, foi possível constatar que: a) O CMAS não possui
527 Secretário(a) Executivo(a) (essa informação também consta no Censo). b) A Lei de criação do Conselho é
528 de 1995. Há paridade mas não há proporcionalidade entre os segmentos da sociedade civil (14
529 conselheiros, sendo 7 gov. e 7 não gov.).c) Encaminharam cópia das Atas das reuniões dos meses de
530 fevereiro, março, abril, maio e junho/2015. d) Encaminharam Decreto de nomeação de conselheiros
531 referente ao último mandato. **Parecer da Comissão:** Encaminhar orientação do CEAS sobre o
532 funcionamento da Secretaria Executiva do Conselho ao município de Terra Roxa. **Parecer do CEAS:**
533 **Aprovado. - Inclusão de Pauta: Ofício nº01/2015 do CMAS de São José das Palmeiras:** O CMAS
534 de São José das Palmeiras encaminhou as documentações solicitadas pelo CEAS/PR, em análise, foi
535 possível constatar que: a) A Lei de criação do Conselho foi alterada em 2010. Constam 10 conselheiros,
536 sendo 5 gov. E 5 não gov (com a participação dos três segmentos da sociedade civil). b) Consta na Lei
537 que o Secretário Executiva será um conselheiro, nomeado na primeira reunião da Gestão para o mandato
538 de 1 ano. c) Encaminham Decreto de nomeação da atual gestão. d) Encaminharam Decreto nomeando
539 Secretaria Executiva. e) Encaminharam as Atas de Junho e Julho e Ata da Conferência Municipal do mês
540 de Agosto. **Parecer da Comissão:** Encaminhar orientação do CEAS sobre o funcionamento da Secretaria
541 Executiva do Conselho ao município de São José das Palmeiras. **Parecer do CEAS: Aprovado. A**
542 **Comissão de Acompanhamento aos Conselhos do CEAS/PR suspenderá a solicitação de**
543 **documentos aos CMAS de outras regiões, e retornará a realizar esse procedimento após a**
544 **realização da Conferência Estadual. A Comissão continuará se reunindo e orientando os**
545 **municípios em caso de demanda, bem como analisará os documentos dos CMAS que ainda**
546 **estão pendentes de envio.** Plano de Regionalização da Proteção Social Especial (já pactuado na CIB,
547 com algumas proposições). O documento foi apresentado em tela pela Coordenadora Elenice Malzoni
548 (PSE). Objetivo: -Visualizar e planejar regionalmente a implantação e expansão dos Serviços de Proteção
549 Especial. Considerando um trabalho relevante, o Conselheiro José Araújo da Silva, Presidente do CEDI/PR
550 parabenizou a Coordenadora Elenice e sua equipe, lamentando que todo esse contexto não tivesse sido
551 apresentado na parte nobre dessa Assembleia, evitando que não ocorresse o inevitável esvaziamento
552 pelo adiantado da hora. Muitos aspectos precisariam ser melhor discutidos. Concluiu a Coordenadora
553 Elenice, agradecendo o quanto os Conselheiros Paulo e Inês Roseli foram companheiros, mobilizados e
554 propositivos para a ação das residências inclusivas. Aprovado o Plano de Regionalização, com aplausos.
555 Informou-se que as questões relativas ao acesso dos Conselheiros ao Palácio das Araucárias serão
556 encaminhadas via e-mail. Idem no que se refere à composição da Mesa do FONACEAS. Distribuídos os
557 folders sobre o evento: -"Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla – de 21 a 28
558 de agosto de 2015 – FENAPAES Encaminhamento: Os Conselheiros deverão elaborar um relatório,
559 referente às suas participações nas Conferência Municipais, como palestrantes. A Palavra foi dada à
560 Conselheira Marli (SEDS), que narrou sobre o seu encontro com a Dra. Fabiana Cristina, Superintendente
561 da Educação. Assunto: - Encaminhamentos necessários para o retorno da Professora Delvana ao
562 CEAS/PR, como Conselheira. Vencida a pauta, o Presidente eleito do CEAS/PR, os Conselheiro Rubens
563 (Recanto Espírito Somos Todos Irmãos- Regional de Maringá) agradeceu a participação de todos,
564 augurando que os caminhos daqueles que retornam sejam iluminados, deixando de lado os problemas de
565 cada um, para se apossarem dos problemas dos que mais necessitam. A presente ata foi gravada e
566 redigida por Regina Amasiles, digitada por Angel Steffani, sendo a Secretária Executiva Helena Navarro
567 Gimenez.